



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

DETERMINANTES DA RENDA FAMILIAR NO ESPAÇO RURAL: UMA REVISÃO

Determinants of family income in rural areas: a review

RESUMO

O artigo em questão tem por objetivo analisar um conjunto de fatores determinantes para a formação de renda das famílias rurais e seu nível de reprodução. Parte-se de uma pesquisa bibliográfica referente às indicações de estudos recentes que demonstram as transformações no espaço rural brasileiro, com a crescente diversificação das formas de ocupação das pessoas e alterações nas fontes de renda da família, tornando-as pluriativas. Diante desta nova dinâmica, resultante do aumento das ocupações não agrícolas, o foco de análise centrado na unidade de produção não mais contempla a necessidade de compreensão dos fenômenos atuais. Assim, as avaliações da reprodução social e econômica devem considerar a família como unidade de análise e suas inter-relações com a unidade de produção e o ambiente externo. Destaca-se que a renda familiar é resultado de diferentes formas de ocupações e atividades desenvolvidas pelos seus membros em decorrência de uma estratégia familiar definida a partir das relações estabelecidas no âmbito da unidade de produção, do mercado e do ambiente externo, que definem seu nível de reprodução. Trata-se de um esforço de proposição e síntese teórica que considera as inter-relações que ocorrem entre a família no âmbito rural e urbano, no intuito de explicar as diferentes origens da renda e sua estratégia de reprodução familiar.

Flávio José Simioni
Prof. da Universidade do Estado de Santa Catarina
flavio.simioni@udesc.br

Recebido em 30/04/2010. Aprovado em 20/07/2013
Avaliado pelo sistema blind review
Avaliador científico: Daniel Carvalho de Rezende

ABSTRACT

This work analyzes a group of factors that are decisive to formation of rural families' income and its reproduction level. Recent studies demonstrate that the transformations in the Brazilian rural space, with to growing diversification in the ways of people's occupation and alterations in the sources of family income, turning them pluriactivity. This new dynamics given by the increase of the non-agricultural occupations has as consequences that the analysis focus centered in the farm not more contemplates the need of understanding of the current phenomena. Then, the family as unit of analysis and its inter-relations with the farm production and the external environment should be consider to the evaluations of the social and economic reproduction. It's important to consider that the family income is resulted of different occupations forms and activities developed by their members as result to a family strategy defined from the established relations in the ambit of production, of market and of external environment that define its reproduction level. This study is an effort of theoretical proposition that considers the inter-relations that happens among the family in the rural and urban ambit, in the intention of explaining the different income origins and its strategy of family reproduction.

Palavras-chave: Renda familiar, pluriatividade, família rural.

Keywords: Family income, pluriactivity, rural family.

1 INTRODUÇÃO

A análise da reprodução da agricultura, durante muitos anos foi centrada na propriedade rural ou unidade de produção agrícola. A dicotomia entre rural e urbano, agricultura familiar e patronal sempre esteve presente nos trabalhos acadêmicos. Tal percepção vigorou durante todo o período da "revolução verde" e condicionou a formulação de políticas de desenvolvimento rural centradas nas atividades agrícolas.

Entretanto, novos fenômenos passaram a ser verificados no Brasil, sobretudo a partir dos anos 90, com significativas mudanças no que diz respeito à forma de ocupação das pessoas e a geração de renda das famílias rurais. Estudos acerca de transformações no meio agrário objetivando caracterizá-las para orientar políticas públicas

apontam para a necessidade de alterar a forma de avaliar a dinâmica e a sustentabilidade das unidades produtivas¹.

É crescente a visão de que a promoção do desenvolvimento rural deve considerar a dimensão territorial, ou seja, uma análise espacial que considera o local onde vive a família em contraposição a antiga visão

¹Três grupos de estudos merecem destaque: 1) O Núcleo de Economia Agrícola e do Meio Ambiente do IE/UNICAMP que dentre seus estudos, desenvolve o projeto "Rurbano" que avalia a situação do emprego e renda nos domicílios rurais e urbanos com pessoal ocupado na agropecuária. 2) O Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (GEPAD) integrante do PPGDR/UFRGS, que aborda a temática da agricultura familiar e do desenvolvimento rural, tendo como objetivo analisar as formas de organização e trabalho das famílias que vivem nos espaços rurais. 3) O Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), resultado de uma cooperação técnica entre o MDA/IICA que visa contribuir com o aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento rural.

que considerava a propriedade rural ou unidade de produção para análise. Deve-se conceber que o rural não é tão separado do urbano e que as atividades exercidas nele não são somente agrícolas, ou seja, as famílias são pluriativas e as atividades não agrícolas estão cada vez mais presentes, e multifuncionais, onde são realizadas outras atividades, além da tradicional produção de alimentos. As palavras de Del Grossi e Silva (2002b, p. 41) sintetizam o caráter da pluriatividade e da multifuncionalidade da agricultura: “[...] é preciso tomar o rural como um espaço de múltiplas dimensões e não apenas como um local onde se realizam atividades agropecuárias”.

Esforços estão sendo conduzidos visando entender essas mudanças que estão em curso no espaço rural. “O debate sobre ruralidade², territórios e desenvolvimento rural vem influenciando tanto os mediadores como os analistas, que estão aprendendo a lidar com este novo referencial por meio de teorias e metodologias” (SCHNEIDER, 2009, p. 24), como também existe ainda a necessidade de se pesquisar o papel de produtores e governantes na promoção do desenvolvimento rural sustentável, considerando a multifuncionalidade da agricultura (MARSDEN; SONNINO, 2008) e de se incorporar a dimensão territorial no desenho das políticas públicas (SCHEJTMAN, 1999).

A partir da legitimação da importância da agricultura familiar para a sociedade, Niederle (2009) destaca que a crescente heterogeneidade social, econômica e política do mundo rural exige que a ciência aponte novas perspectivas e enfoques teóricos capazes de explicá-la, sendo necessário elaborar novas categorias de análise que contemple as transformações que estão em curso nos espaços rurais.

Neste trabalho, objetiva-se propor um modelo de avaliação da renda que é utilizada pela família como unidade de análise em contraposição ao foco na unidade de produção, contemplando as diferentes inter-relações que definem sua estratégia de reprodução familiar. Trata-se de uma sistematização teórico-didática no intuito de ampliar a compreensão da nova dinâmica de ocupação dos membros das famílias rurais, sobretudo as pluriativas.

²Caracteriza-se como sendo o local onde a população está em contato maior com a natureza, dada sua maior dispersão populacional e a relação com centros urbanos, que valorizam cada vez mais os atributos e características do meio rural (ABRAMOVAY, 2001). Para Candioto e Corrêa (2008), os fatores que correspondem a territorialidades da população rural (atividades do campo, estilo de vida, etc.) caracterizam a ruralidade para a população rural. Já para os urbanos, a ruralidade seria aspectos que a população urbana percebe como identitários do rural (o modo de vida rural invade o modo de vida urbano, como por exemplo, a música, cavalgadas, etc.) ou à utilização do rural como mercadoria (lazer, paisagem, natureza, etc.).

Além dessa primeira introdução ao tema, o artigo apresenta mais seis seções. Na segunda, expõe-se de maneira mais detalhada o que vem a ser a pluriatividade e um panorama das principais modificações nas formas de ocupação e na renda das famílias. A necessidade de se utilizar a família como unidade de análise diante desta nova dinâmica do meio rural objetivando entender adequadamente esses fenômenos é apresentada na terceira seção. Na quarta seção, apresentam-se os fatores que influenciam a composição da família e a definição de suas estratégias de reprodução. Consideram-se, na quinta seção, as influências do ambiente externo e do espaço urbano. Na sexta seção, são examinadas as diferentes inter-relações entre a família, a unidade de produção e o ambiente externo e seus reflexos sobre a renda. Finaliza-se com a sétima seção apresentando as considerações finais.

2 A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA BRASILEIRA

É consensual a importância que a agricultura familiar representa na geração de emprego e renda no meio rural brasileiro e, portanto, é foco central das políticas públicas de desenvolvimento rural. Guilhoto et al. (2007) identificaram que o agronegócio familiar oscilou entre 9,0% e 10% do PIB brasileiro na década de 1995 a 2005. A produção agrícola de fumo, mandioca, feijão e da pecuária, com exceção da bovinocultura de corte, dependem basicamente das unidades familiares³. Entretanto, os dados revelam que as ocupações não agrícolas, bem como outras fontes de renda, aumentaram sua importância na formação da renda familiar, dando origem às famílias rurais pluriativas, ou seja, a pluriatividade.

Para explicar a origem desse processo, Del Grossi e Silva (2002a) destacam, primeiramente, que a modernização da agricultura manteve seu curso no final do século passado e continuou liberando a força de trabalho da família para outras atividades. O acesso às máquinas e equipamentos via terceirização ou subcontratação de serviços contribuiu sobremaneira para a aceleração desse processo. O principal exemplo disso são as operações de colheita, transporte e plantio por requerer equipamentos mais específicos e que são realizadas por agricultores que detêm capital e prestam esses serviços aos seus vizinhos em âmbito local ou regional.

O segundo aspecto refere-se à significativa queda da renda proveniente das atividades agropecuárias, para

³Um retrato da agricultura familiar brasileira é apresentado no trabalho do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - INCRA/FAO (2000).

os diferentes tipos de produtores e sob diferentes formas. Nos anos 90, segundo Del Grossi e Silva (2002a, p. 9), “[...] o rendimento médio das pessoas que trabalhavam na agricultura era pelo menos a metade do rendimento das que viviam de atividades não agrícolas”. Segundo os autores, a redução da renda se deu em função da queda dos preços dos produtos agropecuários, da elevação dos custos do trabalho e do crédito e da redução do ritmo de inovação no setor agropecuário. Portanto, a queda da renda agrícola aliada à liberação da força de trabalho para a realização das atividades não agrícolas tem estimulado a busca de outras formas de ocupação das pessoas e novas fontes de renda, dando origem ao que tem se convencionalizado chamar de o “novo rural brasileiro”.

Nesta mesma direção, Schneider (2006, p. 5-7) apresenta, além dos já citados, outros fatores que explicam as mudanças nas formas de ocupação e obtenção de renda e que caracterizam o avanço da pluriatividade, quais sejam: as políticas de estímulo às atividades rurais não agrícolas e contenção das migrações, como por exemplo, o turismo rural e as agroindústrias familiares; as mudanças nos mercados de trabalho, pelo efeito simultâneo da oferta de emprego para pessoas do meio rural, como pela instalação de indústrias no meio rural; e pelo reconhecimento da importância crescente da agricultura familiar.

Para Schneider (2006, p. 8), a pluriatividade, embora seja uma “[...] nova denominação de um fenômeno antigo”, evoluiu e passou a integrar as estratégias de reprodução social e econômica dos indivíduos e das famílias, buscando auferir remuneração monetária. O autor caracteriza a pluriatividade sob cinco diferentes formas:

- a) intersetorial: verificada quando algum membro da família exerce ocupação não agrícola no setor de serviços ou indústrias locais;
- b) de base agrária: verificada quando algum membro da família realiza prestação de serviços como subcontratado (como plantio, colheita, etc.) ou quando realiza atividades ou empregos gerados pela dinâmica do setor agroindustrial (como tratoristas, motoristas, realização de procedimentos de inseminação artificial, etc.);
- c) sazonal ou informal: verificada quando algum membro da família realiza atividades esporádicas, tais como o artesanato, serviços especializados (de profissionais liberais) e estacionais (plantio, poda, colheita, etc.);
- d) para-agrícola: ocorre quando algum membro da família exerce atividade ou ocupação com transformação, beneficiamento ou processamento da

produção agrícola destinada à comercialização (agroindústrias familiares);

e) tradicional ou camponesa: ocorre dentro da propriedade visando à produção, transformação e artesanato de utensílios para uso próprio.

A estrutura de produção pluriativa refere-se ao exercício de múltiplas atividades por pessoas que pertencem a uma mesma família que vive na unidade produtiva. Assim, o campo não é mais concebido simplesmente como local de produção agropecuária, de culturas de espécies conhecidas e criação de animais, mas também se constitui em uma das formas para promover estratégias sustentáveis de diversificação dos modos de vida das famílias rurais (SCHNEIDER, 2003).

A partir desta nova concepção de ruralidade, vários trabalhos têm buscado representar as mudanças na forma de ocupação e na origem da renda das famílias. De modo geral, Buainain, Di Sabato e Guanziroli (2004) avaliaram a distribuição espacial da agricultura familiar no Brasil, concluindo ser extremamente diversificada e, portanto, chamam a atenção para a necessidade de se ponderar essa diferenciação na elaboração de políticas públicas.

Avaliações das transformações do espaço rural realizadas por Del Grossi e Silva (2002b, p. 32) observaram que “as rendas das famílias são crescentes das agrícolas para as pluriativas, e depois para as não agrícolas, revelando assim a importância das fontes de rendas não agrícolas”. Os autores chamam atenção para o fato de que as rendas das atividades agropecuárias, particularmente das famílias rurais estão entre as menores e que as ocupações não agrícolas são fundamentais para elevar a renda. Explicam ainda que as atividades não agrícolas e a crescente cobertura da previdência social conferiram emprego e renda à população rural, o que proporcionou uma recuperação do crescimento da população ativa rural. As atividades que mais se destacaram foram as relacionadas aos serviços, atividades da indústria de transformação, da construção civil, do comércio de mercadorias e serviços sociais (principalmente a educação). O emprego doméstico e a construção civil foram os dois setores que mais geraram ocupações não agrícolas e os autores destacam que são setores de baixa escolaridade e qualificação profissional. Ressaltam também que as transferências de renda na forma de aposentadorias e pensões chegam a representar até um terço da renda familiar para a categoria de produtores agrícolas que atuam por conta própria, e diminui sua participação para 10 a 15% nas famílias pluriativas. Essas rendas têm compensado, ao menos em parte, a queda da renda oriunda de atividades

agrícolas, proporcionado assim maior estabilidade da renda familiar.

Perondi (2007), utilizando dados de agricultores familiares do município de Itapejara d'Oeste (PR), identificou que a renda é maior nas famílias que mais diversificam suas fontes, sobretudo quando ocorre de forma intersetorial, ou seja, passam a atuar fora da unidade de produção. Silva (2008) analisando agricultores familiares da Serra Catarinense observou que o extrativismo de produtos típicos da região (pinhão e erva-mate) e a realização de atividades não agrícolas participam de forma significativa na formação de renda. Os autores Silva et al. (2008) confirmam através de modelo econométrico a importância da diversificação das formas de sustento e das rendas obtidas pelas atividades não agrícolas na formação de renda de agricultores familiares.

Com base nos microdados do IBGE do censo de 2000, Ney e Hoffmann (2008) concluíram que as atividades não agrícolas participam de forma expressiva na composição da renda domiciliar e contribuem para aumentar a desigualdade em relação à renda rural. Essa participação é de 32,2% no rural oficial, de 49,7% no meio rural como um todo, e de 63,9% nas cidades rurais e apresenta uma relação direta com a renda do domicílio⁴.

É importante destacar a existência de uma grande diversidade da agricultura brasileira, onde o ambiente local deve ser pontuado. Nesse sentido, Fialho (2000) observou na região metropolitana de Porto Alegre, que as atividades agrícolas possibilitam uma remuneração da mão de obra familiar superior às atividades não agrícolas. O autor destaca que alguns dos resultados diferem dos encontrados pelo projeto RURBANO e que isso pode estar relacionado tanto aos aspectos metodológicos como também as particularidades da região estudada.

Outro estudo realizado no município de Dom Pedrito no sul do Rio Grande do Sul indicou que a diversificação produtiva por meio da fruticultura nas propriedades rurais contribui para melhorar a qualidade de vida dos produtores, havendo efeitos positivos no PIB *per capita* e no IDH dos municípios estudados (RATHMANN et al., 2008).

A partir desta nova dinâmica, a demografia rural brasileira saiu de um período de decréscimo e experimenta

um lento crescimento. Laurenti e Del Grossi (2008) apontam que na última década do século passado, o crescimento da população ocupada com atividades não agrícolas foi responsável pela constância do tamanho da população rural, compensando em parte a queda da população ocupada na agricultura mercantil. Na primeira metade dessa década, houve um crescimento da população residente na zona rural do Brasil na ordem de 0,5% ao ano. Os autores atribuem esse crescimento à diversificação da ocupação econômica de seus moradores em função do contínuo aumento da população rural economicamente ativa ocupada fora da agricultura, onde a produção agropecuária tende a deixar de ser a atividade predominante. Ademais, também houve aumento da população agrícola engajada em atividades de subsistência e da população não ocupada que está em busca de emprego.

Todas essas mudanças aqui relatadas e que caracterizam uma reestruturação do espaço rural, remetem a uma reflexão de que a avaliação centrada nas atividades agrícolas da unidade de produção não mais atende às expectativas de compreensão da nova dinâmica do espaço rural. Sendo assim, a próxima seção ocupa-se em apresentar a discussão dos pesquisadores brasileiros de que a família é a unidade de análise mais adequada para avaliar no meio rural a formação de renda e suas estratégias de reprodução familiar.

3 A FAMÍLIA COMO UNIDADE DE ANÁLISE

Para avaliar a renda diante das modificações que estão em curso no ambiente rural, a propriedade ou a unidade de produção não mais poderia ser utilizada como unidade de análise, pois se revela inadequada diante do complexo fenômeno da pluriatividade, uma vez que as atividades desenvolvidas no âmbito da unidade de produção são apenas parte de um conjunto de ocupações que os membros da família exercem.

Apresenta-se a seguir vários trabalhos que indicam que a família deve ser a unidade de análise mais adequada. Para Carneiro (2000), a compreensão das transformações recentes exige um maior grau de complexidade na avaliação e a definição da família como unidade de análise revela-se um procedimento fundamental.

Considerando a multifuncionalidade agrícola em zonas rurais, Cazella e Alves (2004, p. 2) apresentam a problemática de que “os estudos centrados exclusivamente na análise das atividades agrícolas das famílias não explicam de forma suficiente o papel que a agricultura desempenha em relação ao conjunto de atividades empreendidas pelos membros do grupo familiar”. Assim, os autores destacam

⁴Os autores consideraram como “rural oficial”, toda a população considerada como tal de acordo os critérios do IBGE, ou seja, pela delimitação administrativa é urbana toda a área geograficamente definida pelos limites de um município ou distrito. Para as “cidades rurais” foi considerada toda a população oficialmente urbana dos municípios inferior a 20 mil habitantes, exceto quando a densidade populacional do município esteve acima do limite de 60 hab./km². O meio rural como um todo incluiu, portanto, além da população rural oficial, as “cidades rurais”.

que a família é a unidade de análise e que as atividades agrícolas ou não agrícolas são ocupações profissionais de seus membros, visando auferir renda para o sustento da família.

Mattei (2007) apresenta uma descrição sobre os avanços dos estudos sobre pluriatividade e desenvolvimento rural tanto na literatura internacional como no Brasil e, com base no consenso de pesquisadores, defende a ideia de que a família deve ser o elemento balizador de estudos sobre a pluriatividade da agricultura brasileira.

A realização das diferentes atividades que caracterizam uma família pluriativa, tem como consequência a diversificação das suas fontes de renda. A partir dessa constatação, Ney e Hoffmann (2008) chamam a atenção para a necessidade de se examinar o setor secundário e terciário nos estudos que buscam elucidar a desigualdade de renda no ambiente rural. Os autores também reforçam o efeito de variáveis como educação, riqueza, localização do domicílio, discriminação por gênero e cor na conformação da renda rural, considerando que todas as fontes de renda das famílias rurais precisam ser pesquisadas.

A partir dessas evidências, a próxima seção trata do entendimento do que se considera uma família como unidade de análise, ou seja, sua composição a partir da influência dos processos históricos e da cultura e a relação estabelecida entre seus membros que definem as estratégias de reprodução familiar.

4 A COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA E SUAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO

Um primeiro aspecto a ser considerado é que a família é resultado de um processo de evolução histórico e cultural. Historicamente, a forma de ocupação do espaço agrário no Brasil e o processo de modernização da agricultura trouxeram, dentre as várias consequências⁵, um significativo êxodo rural que se expressou não só pela diminuição do número de famílias no campo, mas também pela evasão dos jovens, principalmente do sexo feminino. Estudos regionalizados⁶ evidenciam o processo de masculinização e envelhecimento da população rural, em decorrência da crise de expectativas dos jovens na agricultura familiar nos encaminhamentos de sucessão da unidade de produção. Em decorrência disso, observa-se em algumas regiões famílias sem sucessores, enquanto

outras “sem terra”, onde as primeiras precisam vender a propriedade para dividir a herança com os filhos e as outras se organizam em movimentos sociais na reivindicação da reforma agrária. Mais recentemente, a pluriatividade tratada na segunda seção, abre possibilidades de ocupação e renda para os membros das famílias sem que necessitem sair do meio em que vivem. Como vimos, houve uma retomada do crescimento da população rural na década atual, em grande medida vinculada às ocupações não agrícolas. Portanto, essas transformações históricas são importantes e afetam sobremaneira a composição da família.

No que tange ao aspecto cultural, a partir da proposição de Holanda (1995, p. 40) em relação à colonização portuguesa, onde afirma que “podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma”, pode-se inferir também que, tanto o processo de colonização, como a presença de escravos e de colonos imigrantes, trouxeram na bagagem enormes diferenças culturais, contribuindo para uma significativa diversidade de tipos de famílias.

Para efeito de análise, a unidade familiar não está previamente determinada, ou seja, a sua delimitação requer uma avaliação para identificar quais são os membros que devem ser considerados. Portanto, o primeiro desafio consiste em definir a composição da família como unidade de análise. Bruschini (1989, p. 13) analisando diferentes abordagens teóricas sobre o conceito de família propôs uma metodologia que trata a família como “um conjunto de pessoas ligadas por laços de sangue, parentesco ou dependência, que estabelecem entre si relações de solidariedade e tensão, conflito e afeto”.

Os autores Del Grossi e Silva (1998, 2002b) propõem a utilização do conceito de “família extensa”, que inclui a família nuclear, parentes e agregados que vivem no mesmo domicílio e partilham suas rendas monetárias e não monetárias. Ficam excluídos dessa unidade, os pensionistas e os empregados domésticos e seus parentes. Constitui-se assim, pessoas que partilham entre si um “fundo comum” de recursos monetários e não monetários. Nessa mesma direção, Schneider (2006) identifica uma família como sendo os indivíduos de um mesmo grupo doméstico que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho.

O consenso dos autores reside no fato de os membros estarem na mesma unidade de produção e compartilharem os recursos para sobrevivência do grupo. Assim, é importante observar as relações entre os indivíduos da família e os valores dados a essas relações,

⁵Para maiores detalhes, ver Balsan (2006) e Mueller e Martine (1997).

⁶Ver Bourdieu (2002), Brumer e Anjos (2008), Carneiro (2001), Costa (2006), Martins (2008) e Spanevello e Lago (2008).

das quais resulta a formulação das estratégias familiares que orientam as escolhas do grupo em função dos possíveis projetos ou objetivos individuais (CARNEIRO, 2000).

Para entender os objetivos dos membros da família deve-se levar em consideração que suas relações não são restritas somente à área mercantil, mas sim a um conjunto de atores, correspondentes as mais variadas esferas sociais. Bourdieu (1994) estabelece que a reprodução familiar seja composta de um sistema de estratégias (tais como a de reprodução biológica, educacional, matrimonial, econômica, dentre outras) que estão intimamente relacionadas entre si. Tais estratégias são empregadas dependendo de como os mecanismos de reprodução se apresentam (como por exemplo, o estado atual do mercado de trabalho) e suas respectivas possibilidades de ganho que a família ou seus membros individualmente podem obter.

Assim, a definição da estratégia familiar que inclui a decisão de permanecer ou sair do meio rural ou de como sustentar a continuidade física, econômica e social da família passa por uma avaliação das oportunidades, limitações e potencialidades auferidas pelos seus membros (INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - IBASE, 2006). Sendo que estão estritamente relacionadas, de um lado por fatores externos, tais como as políticas econômicas e a proximidade com centros urbanos, e de outro, por fatores inerentes a composição da família, tais como o nível de riqueza, escolaridade, faixa etária e o gênero.

É conveniente destacar, conforme sintetiza Almeida (1986), que a reprodução pode ser de ciclo curto ou longo. No curto prazo, a família se reproduz em um ciclo anual por meio da utilização dos fatores de produção objetivando atender às necessidades de consumo e para reiniciar o processo a partir de uma lógica econômica. No longo prazo, a família se reproduz no ciclo geracional, com a lógica de parentesco objetivando a perpetuação.

Conforme destaca Ellis (2000), as estratégias definidas pela família podem ser alteradas conforme se dá o acesso aos meios de sustento (conjunto de bens naturais, físicos, financeiros, humanos e sociais), que sofrem influências de um conjunto de fatores do meio externo, podendo alterar e causar diferentes impactos sobre o nível de renda e a qualidade de vida da família. Por sua vez, quanto maior o nível de rendimento da família, maior é a capacidade de ter acesso aos meios de sustento e de transformá-los em renda e qualidade de vida. A partir dessa visão, a ampliação da diversidade produtiva caracterizada

pelas crescentes oportunidades de ocupações não agrícolas, tem representado um aumento das possibilidades de renda para o sustento das famílias, o que levou a uma alteração das estratégias tornando-as mais pluriativas.

Assim, o tipo de ocupação e as atividades desenvolvidas pelas famílias decorrem da estratégia familiar adotada. Segundo os princípios que orientam sua reprodução social, a classificação proposta por Carneiro (2000, p. 144-145) define três categorias de famílias:

- a) família agrícola de caráter empresarial, com produção voltada para o mercado;
- b) família camponesa, cuja lógica é a manutenção da propriedade familiar e da exploração agrícola;
- c) família agrícola “rurbana”, que orienta a produção agrícola à melhoria da qualidade de vida e busca outras fontes de renda (pluriatividade).

Além dessas, a autora define mais dois tipos de agricultores familiares: o agricultor familiar neo-rural de caráter essencialmente mercantil, assumindo o papel de administrador da produção; e o agricultor familiar recém-assentado rural de origem urbana, como alternativa às restrições do mercado de trabalho urbano.

Quanto à ocupação, as famílias foram classificadas por Del Grossi e Silva (2002b, p. 25-26) em:

- a) empregador: famílias com pelo menos um membro na posição de empregador. Essa categoria subdivide-se em empregador com até dois assalariados permanentes e empregador com três ou mais assalariados permanentes;
- b) conta própria: famílias que não são empregadoras e atuam na própria unidade de produção, utilizando somente a força de trabalho de seus membros;
- c) assalariados: famílias que não são empregadoras e não atuam como conta própria e apresentam pelo menos um membro trabalhando como empregado;
- d) não ocupados: famílias que não pertencem às categorias anteriores e seus membros não realizaram nenhuma atividade produtiva no período estudado.

Portanto, a definição de quais atividades os membros da família decidem realizar e que no seu conjunto define a estratégia familiar, é resultado das interações entre a família, a unidade de produção e o ambiente externo. A influência do ambiente externo e do espaço urbano é o tema da próxima seção.

5 A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE EXTERNO E DO ESPAÇO URBANO

As condições oferecidas pelo ambiente externo contemplam, de um lado, elementos conjunturais tais como

o sistema organizacional, o conjunto de leis, normas e regras que caracterizam o sistema legal e regulatório, as políticas públicas e privadas, o sistema político, as condições de infraestrutura, a dinâmica da economia e a Previdência Social. Por outro lado, o espaço urbano representa dupla oportunidade para a família rural obter renda a partir da realização de atividades não agrícolas, seja pela interação da população rural no espaço urbano, como também pela interação da população urbana no espaço rural.

Assim, por exemplo, fazem parte do sistema organizacional, as organizações corporativas, os sindicatos, os institutos de pesquisa e difusão de tecnologia, além de políticas setoriais privadas. Esses atuam junto às famílias de forma organizativa, cooperativa e nas reivindicações de ações junto a órgãos públicos, bem como no suprimento de informações. Conforme destaca Farina (1997) são “bens” necessários individualmente, mas que, por suas características de não rivalidade e não exclusão admite comportamento coletivo.

O sistema legal e regulatório constitui-se das leis para a solução de disputas e regulamentações específicas, tais como a legislação agrária, fiscal, trabalhista e ambiental. Dessa forma, pode-se exemplificar citando as regulamentações de uso do solo no âmbito da legislação ambiental, onde o estabelecimento das Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL) tem sido palco de discussões, principalmente nos Estados em que a pequena propriedade é predominante. Outros aspectos importantes dizem respeito à segurança alimentar, ao trabalho infantil, aos crimes ambientais que determinam condições para a realização de certas atividades.

A dinâmica da economia assume papel importante e interfere diretamente nos resultados da agricultura. As políticas públicas abrangem a área comercial, monetária, fiscal, agrícola, transferência de rendas, dentre outras. Especial atenção em relação ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁷ e as políticas de transferências de rendas como estratégia de combate a fome e a pobreza. Um dos principais impactos do PRONAF foi o de permitir que os agricultores familiares investissem em sua atividade e ampliassem as áreas plantadas, resultando em aumento da produção total, do emprego e da arrecadação tributária municipal, demonstrando assim os efeitos dessa política pública sobre as economias (GUANZIROLI, 2006; MATTEI, 2005).

⁷Para um maior detalhamento sobre a política do PRONAF, dentre a vasta lista de publicações sobre o tema, sugere-se ver Abramovay e Veiga (1999), IBASE (2006), Kageyama (2003) e Mattei (2006a, 2006b).

Neste sentido, diversos trabalhos associam o comportamento da agricultura com mudanças verificadas no âmbito da economia. Nascimento (2006) verificou que a agricultura familiar apresentou resultados mais favoráveis no período 2001-2004 em relação a 1996-1999 e associa este melhor desempenho ao conjunto de variações ocorridas no ambiente macroeconômico e a atuação do Estado em relação à agricultura familiar⁸.

Por fim, as ações da previdência social rural têm-se constituído em um dos principais instrumentos de política pública. A participação da aposentadoria na renda familiar é muito variável conforme a região estudada, podendo assumir cerca de um quarto do total da renda dos agricultores familiares periféricos (SILVA, 2008), como pode chegar a representar mais de 50% da renda familiar, sobretudo nos grupos sociais que se encontram em estagnação econômica (FIALHO, 2000). A contribuição para a renda da população rural é maior nos estratos inferiores de renda e tem se constituído de base de sustentação da economia de um grande número de municípios brasileiros de baixa renda (CAZELLA; ALVES, 2004; FERREIRA; SOUZA, 2008; SCHWARZER, 2000). As aposentadorias e demais programas compensatórios de assistência social ao meio rural, resultam em expressiva transferência de recursos, cuja contribuição estende-se, não somente para o sustento familiar, mas também para a realização de investimentos produtivos de muitos agricultores, particularmente nas regiões mais pobres do país.

Quanto às oportunidades oferecidas pelo espaço urbano, Abramovay (2001) chama a atenção para os valores relacionados ao aproveitamento das virtudes mais valorizadas no meio rural, como a produção territorializada de qualidade, a paisagem, biodiversidade, cultura e o modo de vida. Assim, o autor observa que o crescimento das cidades abre oportunidades de geração de renda para a população rural, sem que esses precisem sair do local onde vivem. A preservação dos recursos naturais das unidades de produção fortalece a possibilidade de uso desse recurso pelos centros urbanos. Nesse mesmo sentido, Dubuc (2004) observa

⁸Para um maior detalhamento dos efeitos das mudanças do ambiente econômico sobre a renda das famílias rurais existe uma série de trabalhos que avaliam os impactos das mudanças no ambiente econômico, a eficiência das políticas públicas, enfim as variáveis do ambiente externo sobre o desempenho da agricultura brasileira. Destaca-se o trabalho de Gasques, Villa Verde e Bastos (2006) que apresenta uma retrospectiva dos gastos públicos em agricultura no período 1980-2005. Vários trabalhos podem ser encontrados nos grupos temáticos dos congressos da SOBER, da ANPEC e do ENAMPAD.

que as regiões rurais podem atrair a população urbana a partir de seus pontos turísticos, do desenvolvimento das atividades agrícolas, da função de residência e outros serviços e conclui que essa dinâmica é determinada pela localização geográfica e pelo estabelecimento de parceria urbano-rural. Dirven (2004) destaca que a localização e as diversas “distâncias” (referindo-se aos vários fatores que influenciam os custos de transação) que as acompanham são elementos centrais na dinâmica do emprego rural não agrícola.

Diante das demonstrações de Ploeg (1997) de que os espaços rurais apresentam um potencial para gerar inovações em sentido amplo, ou seja, de apresentar novas práticas e processos, novas formas de cooperação e de relação com a natureza, bem como de novos serviços, tem

se constituído, conforme destaca Carvalho et al. (2009), na base do novo paradigma do desenvolvimento rural.

A partir das inter-relações entre a família e o espaço rural e urbano que influenciam a estratégia de reprodução da família é que são definidas as atividades que explicam a origem da renda.

6 AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E A RENDA FAMILIAR

As inter-relações entre a família e o espaço rural e urbano que influenciam a definição das atividades desenvolvidas e a formação da renda são ilustradas pela Figura 1, onde se demonstra a existência de um conjunto de variáveis onde mudanças em algumas delas provocam alterações em outras com reflexos sobre o nível de reprodução familiar.

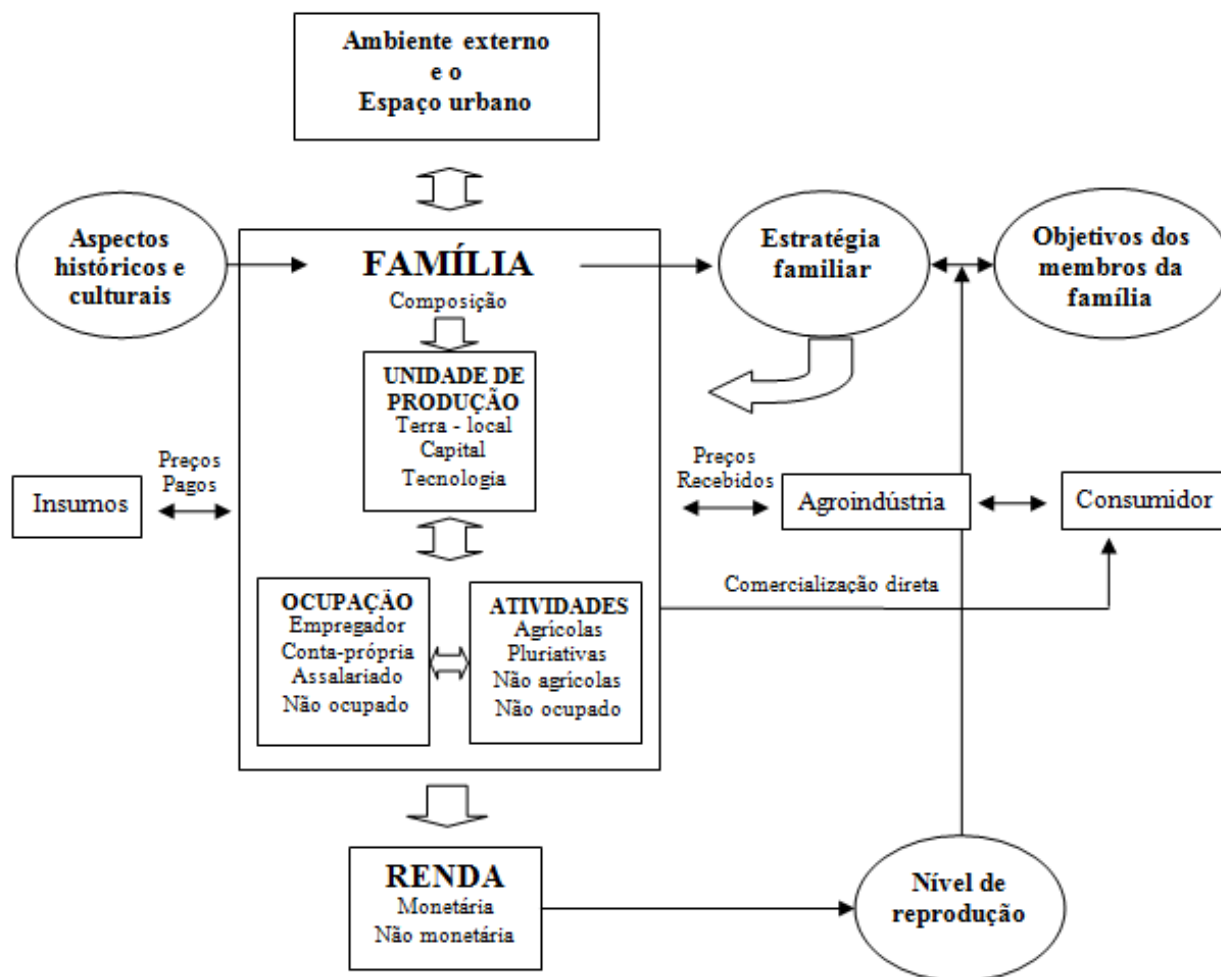


FIGURA 1 – Relações entre variáveis determinantes da renda de famílias rurais
Fonte: Elaborado pelo autor.

Entendendo a unidade de produção como o local onde são realizadas algumas das atividades e ocupações dos membros da família, a estratégia pode estar mais centrada no desenvolvimento de atividades agrícolas, como também pode determinar a necessidade de realização de atividades não agrícolas. Além dos fatores já mencionados, as características da unidade de produção também são determinantes desta escolha. De modo geral, se a unidade de produção não oferece condições de ocupação e renda para a família devido a pouca disponibilidade de área de terra associada a sua localização geográfica e limitações de capital e de tecnologias, maior a necessidade de buscar alternativas de ocupação não agrícolas para a geração de renda familiar. Entretanto, Lima et al. (1995) assinalam que o caráter desigual do desenvolvimento capitalista resulta, ao longo do tempo, maior diversidade de tipos de produtores e unidades de produção. Conforme destacam Candioto e Corrêa (2008, p. 238), a partir da tecnicização do espaço rural caracterizada pelo “[...] aumento do interesse do capital pelo rural nos dias atuais”, a racionalidade técnica hegemônica invade e condiciona a dinâmica do espaço rural”, levando ao aumento das famílias rurais pluriativas.

É importante observar que os movimentos de diferenciação que ocorrem nas famílias não estão dissociados dos verificados nas unidades de produção, uma vez que, “[...] para a família, a unidade de produção se constitui um patrimônio e um local de trabalho”, constituindo-se em um “sistema família - unidade de produção”, onde cada membro contribui para seu funcionamento (LIMA et al., 1995, p. 31). Os autores também destacam que esse sistema está em constante influência de fatores, elementos, variáveis, fenômenos, atores e instituições do meio ambiente externo.

Como descrito na seção anterior, a estratégia de reprodução da família é definida de acordo com os objetivos individuais de seus membros e sua relação com o trabalho e a terra, decorrente das condições oferecidas pelo ambiente externo à família e à unidade de produção agrícola. Nesse contexto são definidas as atividades desenvolvidas pela família, que podem ser classificadas, segundo Del Grossi e Silva (2002b, p. 26), em:

- a) agrícolas: quando a atividade agropecuária é a ocupação principal de todos os membros da família;
- b) pluriativas: famílias que, além das atividades agropecuárias, exercem ocupação não agrícola (agrícola mais não agrícola);

c) não agrícolas: famílias que exercem somente atividades não agrícolas, tanto na atividade principal como na secundária;

d) não ocupados: nenhum membro ocupado.

Assim, a renda obtida pela família é decorrente do tipo de ocupação e das atividades desenvolvidas pelos seus membros, podendo ser classificada como monetária e não monetária. A renda monetária tem origem nas atividades agrícolas ou não agrícolas. Também pode ter origem externamente por meio das transferências, como por exemplo, a aposentadoria, pensões e outras formas de ingresso.

Vários fatores são determinantes da renda obtida pelas atividades agrícolas desenvolvidas na unidade de produção. De acordo com Lima et al. (1995), destacam-se a infraestrutura da unidade de produção, o sistema de exploração e o desempenho da produção, o nível de eficácia técnica e gerencial e a relação entre despesas e renda.

Quanto à infraestrutura da unidade de produção, os membros da família que constituem a força de trabalho interagem com o capital agrário (terra) e o capital de exploração (máquinas, equipamentos, instalações, animais, etc.), definindo os sistemas de exploração. A disponibilidade de área total e de área útil, bem como seus aspectos qualitativos (tipo e fertilidade do solo, clima, topografia, etc.) e disponibilidade de meios de produção são determinantes do nível de produção potencial.

Tais características da unidade de produção associadas à disponibilidade e perfil da força de trabalho, ao nível tecnológico e à trajetória produtiva, dentre outros fatores, determinam os sistemas de produção adotados. Esses podem assumir diferentes graus de intensificação⁹, de mecanização e de utilização de fatores de produção externos, determinando o desempenho da produção e, portanto, da renda agrícola¹⁰.

O nível de eficácia técnica está associado aos índices de produtividade do trabalho, produção física, bem como ao consumo intermediário e valor agregado. Em nível gerencial, a eficácia está relacionada com a adequada combinação de atividades desenvolvidas de acordo com as características da unidade de produção. Unidades de produção com características e sistemas de produção idênticos podem apresentar resultados econômicos

⁹Fialho (2000) observou que as famílias pluriativas exercem atividades agrícolas mais extensivas, visando liberar o trabalho para executar outras atividades.

¹⁰Para as atividades agrícolas o indicador utilizado é a Renda Líquida (RL) obtida deduzindo-se as Despesas (D) da Renda Bruta (RB). Dessa forma, a RL destina-se a remunerar tanto o trabalho familiar como o capital da unidade de produção.

diferentes em função da capacidade gerencial da família, associada à escolaridade e experiência de seus membros.

O quarto aspecto está relacionado à importância relativa que as despesas para a realização das atividades agrícolas representam em relação à renda bruta obtida. Assim, determinadas atividades podem apresentar alta remuneração bruta, porém, devido ao peso das despesas, a renda líquida poderá ser significativamente reduzida¹¹. As despesas podem oscilar de acordo com as características da unidade de produção e a forma de condução das atividades (maior ou menor grau de utilização de fatores externos). Por outro lado, os preços recebidos pela comercialização dos produtos também sofrem alterações dadas às condições de mercado, grau de processamento ou industrialização e os canais de comercialização utilizados.

Neste sentido, as relações mercantis é outro aspecto que afeta a forma de ocupação e a renda da família. De acordo com Ploeg (1992), o grau de mercantilização pode variar significativamente, dependendo da escala da unidade de produção e do grau de dependência em relação aos agentes externos à propriedade, ou seja, a externalização das atividades desenvolvidas.

A externalização das atividades agrícolas depende, dentre outros fatores, do grau de integração ou envolvimento em “[...] uma sucessão de operações de transformação de bens” que se constitui no conceito de cadeia produtiva ou *filière* dado por Morvan (1988, p. 269). A partir dessa visão, a unidade de produção agrícola está inserida em um processo que interliga e age no intuito de fornecer produtos aos consumidores finais, via transformação de insumos básicos, constituindo-se em um sistema. O autor descreve que as relações que são estabelecidas com os diferentes elos da cadeia produtiva são influenciadas pelas características específicas dos produtos, das tecnologias e das forças hierárquicas dos agentes envolvidos, conferindo a elas o caráter de interdependência e complementaridade. Portanto, em decorrência das características das transações são determinadas as relações de troca (relação de preços pagos e recebidos) e o grau de integração vertical. Essa integração pode ser representada, tanto pela realização de atividades fornecedoras de insumos, tais como a produção de adubos orgânicos, sementes, etc., como também, via agroindustrialização, processamento, embalagens e transporte, podendo chegar até a comercialização direta

com o consumidor. Tais atividades geram rendas não agrícolas¹² e para-agrícolas.

A renda não monetária é todo tipo de renda que contribui de alguma forma com a qualidade de vida da família, com o aumento do valor do capital da unidade de produção ou ainda relacionada ao oferecimento de funções gratuitas à sociedade, o que caracteriza a multifuncionalidade da agricultura¹³. Sua mensuração torna-se complexa uma vez que envolve a percepção subjetiva dos valores de alguns bens para a família. Assim, por exemplo, quanto vale a preservação dos recursos naturais, cada vez mais apreciados pela população urbana em busca do convívio com a natureza? Entretanto, algumas das rendas não monetárias podem ser quantificadas.

O autoconsumo, entendido como tudo que é produzido para a família e destinado ao seu consumo, é prática recorrente na grande maioria das unidades familiares. Grisa e Schneider (2008) avaliaram a importância do autoconsumo em quatro municípios do Rio Grande do Sul e constataram que representa, em média, 27% da renda total anual, em que pese essa participação ser muito variável nos estabelecimentos estudados, embora exista certa homogeneidade quanto aos tipos de produtos consumidos.

Outro valor não monetário é a função de residência que o meio rural passou também a desempenhar em função do crescimento das atividades não agrícolas, uma vez que muitas pessoas realizam atividades no meio urbano (DEL GROSSI; SILVA, 2002b).

A produção agrícola que foi de alguma forma estocada na unidade de produção, seja na forma de produtos propriamente ditos ou pela transformação em outros produtos, como é o caso da alimentação destinada à engorda de animais, também se constitui em renda não monetária. Ainda, as melhorias na estrutura da unidade agrícola, sejam elas nas instalações, construção de estradas, açudes, arborização, pomar etc. podem agregar valor à unidade de produção.

¹²É interessante observar que a renda do trabalho não agrícola, na maioria das vezes, obtida pelos filhos é destinada em grande parte para a melhoria da qualidade de vida da família e em segundo plano para investimentos em inovações tecnológicas às atividades agrícolas (FIALHO, 2000; SCHNEIDER, 1999).

¹³[...] a multifuncionalidade agrícola tem sido associada à segurança alimentar – para além do aspecto quantitativo, a garantia da qualidade e origem dos produtos, à preservação das características paisagísticas e do quadro de vida, à proteção do meio ambiente, à salvaguarda do capital sociocultural e à manutenção de um tecido socioeconômico no espaço rural” (CAZELLA, 2007, p. 14). O autor chama a atenção que a noção de multifuncionalidade agrícola é mais abrangente do que a pluriatividade, justamente por contemplar um conjunto de funções não remuneradas pelo mercado.

¹¹Um exemplo está no trabalho de Arruda e Simioni (2002), onde avaliam a renda obtida pelas culturas do fumo e vime.

A determinação da renda é importante para avaliar as condições de reprodução social e econômica da família. Um indicador sugerido por Lima et al. (1995) é o Nível de Reprodução Simples (NRS)¹⁴, que é a renda obtida pela família que possibilita atender às necessidades básicas para sua reprodução ao longo do tempo. Assim, pode-se avaliar a sua capacidade de reprodução, podendo apresentar uma trajetória de acumulação, estagnação ou desacumulação que, por consequência, reorienta os objetivos dos membros da família e sua estratégia.

Em síntese, a renda obtida pela família é decorrente de um processo histórico e cultural em que a família foi constituída e que está intimamente relacionada com a definição de suas estratégias de reprodução. Essas, por sua vez, dependem da composição da família (seus membros com os respectivos objetivos) e a relação estabelecida com o ambiente externo e a unidade de produção agrícola. Como resultado, a renda familiar depende das ocupações e das atividades desenvolvidas pelos seus membros e que orienta a sua reprodução social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação das atividades desenvolvidas na agricultura que explicam a origem da renda das famílias rurais sempre teve foco no âmbito da unidade de produção e do seu entorno considerando o espaço agrário. Essa concepção perdeu enquanto as atividades agrícolas determinavam as estratégias de reprodução do meio rural. Entretanto, tem se verificado que o Brasil é mais rural e menos agrícola, ou seja, é crescente a realização de atividades não agrícolas pelas famílias rurais, tornando-as pluriativas. Além disso, a dinâmica do ambiente rural tem possibilitado o exercício de novas funções, onde o rural e o urbano interagem entre si ampliando suas relações de troca, conferindo-lhe o *status* de multidimensional e multifuncional.

A partir do estreitamento das relações entre o rural e o urbano, as estratégias de reprodução familiar são diversificadas, ampliando de forma significativa as fontes de renda. Nesse contexto, o elemento central de análise deixa de ser a unidade de produção e passa ser a família, pois é essa instituição que define o conjunto de estratégias. Portanto, para avaliar o nível de renda familiar e sua reprodução torna-se necessário considerar a influência de um conjunto de variáveis, que se relacionam entre si e afetam as decisões do grupo familiar.

¹⁴Os autores apresentam como sugestão de indicador, o custo de oportunidade do trabalho que normalmente é o salário mínimo regional por unidade de trabalho.

A proposição metodológica apresentada contempla a dimensão espacial, onde as relações que ocorrem em um território são importantes quando se pensa o desenvolvimento rural. Dessa forma, permite compreender as necessidades conjunturais de modo a entender o processo de como as famílias tem acesso às diferentes formas de renda visando subsidiar a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento rural.

A reflexão apresentada neste texto constitui-se em um esforço de construção, contemplando relações de causa e efeito sobre seus fatores determinantes e constituintes. Visa contribuir com a construção de metodologias de avaliação das transformações do espaço rural, em que vários fatores precisam ser examinados. É importante observar que essa construção é uma alternativa, um recorte, um olhar sobre a realidade, na melhor tentativa de representá-la.

8 REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Ruralidade e desenvolvimento territorial. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 15 abr. 2001. p. A 3.
- ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, 641).
- ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimdo a família rural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 66-93, 1986.
- ARRUDA, A. E. A.; SIMIONI, F. J. Rentabilidade do sistema de produção agrícola baseado nas culturas de fumo e vime no município de Rio Rufino, Santa Catarina. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40., 2002, Passo Fundo. *Anais...* Passo Fundo: SOBER, 2002. 1 CD-ROM.
- BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Francisco Beltrão, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.
- BOURDIEU, P. **Le bal des célibataires**: crise de la société paysanne em Béarn. Paris: Seuil, 2002.
- BOURDIEU, P. Stratégies de reproduction et modes de domination. *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 105, p. 253-267, déc. 1994.

- BRUMER, A.; ANJOS, G. de. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 12, p. 6-17, jan./jun. 2008.
- BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica da família. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-23, 1989.
- BUAINAIN, A. M.; DI SABATTO, A.; GUANZIROLI, C. E. Agricultura familiar: um estudo de focalização regional. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: SOBER, 2004. 1 CD-ROM.
- CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Francisco Beltrão, v. 3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008.
- CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.
- CARNEIRO, M. J. Política de desenvolvimento e o "novo rural". In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da (Ed.). **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. p. 117-150.
- CARVALHO, C. X. de et al. **As inovações nos espaços rurais: teorias, processos e formas**. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/ipode/textos.php>>. Acesso em: 3 ago. 2009.
- CAZELLA, A. A. A multifuncionalidade agrícola: a defesa de subsídios públicos para o desenvolvimento rural. **Marco Social**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 12-15, 2007.
- CAZELLA, A. A.; ALVES, A. F. A multifuncionalidade agrícola em zonas rurais contrastantes. In: AUED, B. W.; PAULILO, M. I. (Org.). **Agricultura familiar**. Florianópolis: Insular, 2004. p. 37-58.
- COSTA, M. R. C. **Agricultura familiar e sucessão hereditária: estudo de caso no município de Morro Redondo, RS**. 2006. 124 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.
- DEL GROSSI, M. E.; SILVA, J. G. da. **Novo rural: uma abordagem ilustrativa**. Londrina: IAPAR, 2002a. v. 1.
- DEL GROSSI, M. E.; SILVA, J. G. da. **Novo rural: uma abordagem ilustrativa**. Londrina: IAPAR, 2002b. v. 2.
- DEL GROSSI, M. E.; SILVA, J. G. da. Pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 26-52, 1998.
- DIRVEN, M. El empleo rural no agrícola y la diversidad rural en América Latina. **Revista de La CEPAL**, Santiago de Chile, n. 83, p. 49-69, ago. 2004.
- DUBUC, S. Dynamisme rural: l'effet des petites villes. **L'Espace Géographique**, Montpellier, v. 33, n. 1, p. 69-85, janv./mars 2004.
- ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University, 2000. 273 p.
- FARINA, E. M. M. Q. Abordagem sistêmica dos negócios agroindustriais e a economia dos custos de transação. In: FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. (Ed.). **Competitividade: mercado, estado e organizações**. São Paulo: Singular, 1997. p. 165-176.
- FERREIRA, C. R.; SOUZA, S. de C. I. Aposentadorias e pensões e desigualdade da renda: uma análise para o Brasil no período 1998-2003. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 41-66, jan./abr. 2008.
- FIALHO, M. A. V. **Agricultura familiar e as rendas não-agrícolas na região metropolitana de Porto Alegre: um estudo de caso dos municípios de Dois Irmãos e Ivoti, RS**. 2000. 193 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M.; BASTOS, E. T. Gastos públicos em agricultura: retrospectiva e prioridades. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPEC, 2006. 1 CD-ROM.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Plantar pro gasto: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 46, n. 2, p. 481-515, 2008.

- GUANZIROLI, C. E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPEC, 2006. 1 CD-ROM.
- GUILHOTO, J. J. M. et al. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35., 2007, Recife. **Anais...** Recife: ANPEC, 2007. 1 CD-ROM.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Relatório Pronaf**: resultados da etapa Paraná. Rio de Janeiro, 2006.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília, 2000.
- KAGEYAMA, A. Produtividade e renda na agricultura familiar: efeitos do PRONAF-crédito. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 1-13, 2003.
- LAURENTI, A. C.; DEL GROSSI, M. E. A recente demografia da área rural propriamente dita e o “novo rural” brasileiro. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008. 1 CD-ROM.
- LIMA, A. P. de et al. **Administração da unidade de produção familiar**: modalidades de trabalho com agricultores. Ijuí: UNIJUÍ, 1995. 176 p.
- MARSDEN, T.; SONNINO, R. Rural development and the regional state: denying multifunctional agriculture in the UK. **Journal of Rural Studies**, New York, v. 24, p. 422-431, 2008.
- MARTINS, M. Relações de gênero e geração em um assentamento rural de reforma agrária: sociabilidade e poder. In: FAZENDO GÊNERO: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8., 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2008. 1 CD-ROM.
- MATTEI, L. **Impactos do Pronaf**: análise de indicadores. Brasília: MDA, 2005. 136 p.
- MATTEI, L. Políticas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil: o caso recente do Pronaf. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, p. 143-158, 2006a.
- MATTEI, L. **Pronaf 10 anos**: mapa da produção acadêmica. Brasília: MDA, 2006b. 202 p.
- MATTEI, L. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 45, n. 4, p. 1055-1073, 2007.
- MORVAN, Y. **Fondements d'économie industrielle**. Paris: Economica, 1988.
- MUELLER, C. C.; MARTINE, G. Modernização da agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil: a década de 80. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 85-104, jul./set. 1997.
- NASCIMENTO, C. A. do. Aspectos da agricultura familiar regional: Nordeste e Sul (1996-1999 e 2001-2004). **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n. 22, p. 317-345, jun. 2006.
- NEY, M. G.; HOFFMANN, R. A contribuição das atividades agrícolas e não-agrícolas para a desigualdade de renda no Brasil rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 365-393, 2008.
- NIEDERLE, P. A. Revisitando o conceito de produção simples de mercadorias. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENGA, 2009. p. 1-25.
- PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. 224 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- PLOEG, J. D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMÁN, E. S. (Ed.). **Ecología, campesinato y historia**. España: Las Ediciones de La Piqueta, 1992. p. 135-195.
- PLOEG, J. D. van der. On rurality, rural development and rural sociology. In: HANN, H.; LONG, N. (Eds.). **Images and realities of rural life, Wageningen perspectives on rural transformations**. Assen: Van Gorgum, 1997. p. 39-76.

RATHMANN, R. et al. Diversificação produtiva e as possibilidades de desenvolvimento: um estudo da fruticultura na região da Campanha no RS. **RER**, Piracicaba, v. 46, n. 2, p. 325-354, abr./jun. 2008.

SCHEJTMAN, A. Las dimensiones urbanas en el desarrollo rural. **Revista de La Cepal**, Santiago de Chile, n. 67, p. 15-32, abr. 1999.

SCHNEIDER, S. **A agricultura familiar e pluriatividade**. 1999. 470 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

SCHNEIDER, S. Ciências sociais, ruralidades e territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Francisco Beltrão, v. 4, n. 7, p. 24-62, fev. 2009.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006. 1 CD-ROM.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, fev. 2003.

SCHWARZER, H. **Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil: evidências empíricas de um estudo no estado do Pará**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, 729).

SILVA, C. da. **Características econômicas das propriedades rurais do município de Painel/SC**. 2008. 95 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade do Planalto Catarinense, Lages, 2008.

SILVA, C. da et al. Análise da rentabilidade de pequenas propriedades rurais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. 1 CD-ROM.

SPANVELLO, R. M.; LAGO, A. Arranjos e encaminhamentos da herança na agricultura familiar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008. 1 CD-ROM.